

Arquivo, testemunhos e direitos humanos: o Arquivo Oral do *Memoria Abierta*

Marcos Tolentino*

La decisión de poner ese nombre [Memoria Abierta] a esta institución era la de considerarla “abierto hacia el futuro”, la idea de que las nuevas generaciones tienen que poder apropiarse y hacer con ella distintas cosas. Y el trabajo con archivos es una apuesta fuerte. Cuando se construye un archivo se plantea, a nuestro entender, que a partir de él se pueden generar interpretaciones y lecturas diversas. El archivo puede transformarse en insumo para distintos tipos de materiales y relatos. [...] Entonces es abierta en ese sentido, porque permite una apropiación, un pensamiento que cuestione, que resignifique, que permite establecer vínculos entre lo que sucedió en los años 60 y 70 en términos de proceso represivo pero también en otras formas de represión que esta sociedad vive ahora o ha vivido en otros momentos. En ese sentido nos parece que es una memoria abierta.
(Alejandra Oberti, 2017).¹

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, sou estudante do Doutorado em História na mesma Universidade, onde desenvolvo minha tese sobre as modalidades de inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção no movimento argentino pelos direitos humanos, a partir do caso da *Asociación de Ex Detenidos-Desaparecidos*, sob orientação do prof. Dr. José Alves de Freitas Neto. Essa pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail*: marcosoat@gmail.com.

1 CASTRO, Mayca de. No puede haber reconciliación sin justicia ni cambios en las relaciones estructurales. Entrevista con Alejandra Oberti. Disponível em: <<https://www.diagonalperiodico.net/global/32685-no-puede-haber-reconciliacion-si-no-hay-proceso-justicia-ni-cambios-relaciones>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

O Arquivo Oral do *Memoria Abierta* é formado atualmente por 925 registros audiovisuais de entrevistas testemunhais e pode ser consultado na sala de Consulta Pública da Instituição, que, desde 2014, ocupa um dos edifícios do *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, onde antes funcionava o centro clandestinos de detenção *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA).² A produção do Arquivo foi iniciada, no final dos anos 2000, com um convite do *Memoria Abierta* à Dora Schwarzstein, professora da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e nome fundamental para a ampliação dos estudos históricos sobre fontes orais na Argentina, que seria responsável por *co-formar* uma equipe de especialistas em história oral para trabalhar junto à instituição. Essa equipe elaboraria o formato das entrevistas, os primeiros questionários utilizados nelas, as fichas técnicas e o modelo para as sínteses de cada entrevista (Carnovale; Lorenz; Pittaluga, 2006, p. 14), modelo hoje reconhecido e utilizado internacionalmente na constituição de outros arquivos da categoria (Bacci; Oberti; Skura, 2012, p. 34).

Na Argentina, o *Memoria Abierta* produziu coleções de entrevistas junto a outras instituições com objetivos similares em relação à memória da ditadura, material que faz parte dos acervos de ambas as instituições, como o *Archivo Provincial por la Memoria* (Córdoba) e o *Museo de la Memoria* (Rosario), *Dirección de Derechos Humanos del Municipio de Morón – Casa de la Memoria y la Vida* (Morón), *Dirección de Derechos Humanos de Mercedes* (Província de Buenos Aires) e a *Universidad General Sarmiento*.³ No exterior, o *Memoria Abierta* realizou um

2 O *Espacio Memoria y Derechos Humanos* é o nome dado, a partir de 2004, ao complexo de prédios onde funcionou, até 1998, a ESMA, utilizada como um dos principais centros clandestinos de detenção pela última ditadura. A sua criação foi anunciada pelo então presidente Nestor Kirchner no ato de comemoração aos 28 anos do Golpe de Estado de 24 de março de 1976, no ano de 2004. Ao se efetivar a desocupação dos prédios por parte da Marinha, em 20 de novembro de 2007, o Poder Executivo e a Cidade Autônoma de Buenos Aires assinaram o convênio de criação do *Ente Público Interjurisdiccional Espacio para la Memoria y pra la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, que assumiu a administração do espaço que hoje se propõe como um âmbito de homenagem às vítimas e de condenação aos crimes de lesa-humanidade cometidos durante o terrorismo de Estado. Além do *Memoria Abierta*, estão instalados lá o *Archivo Nacional de la Memoria*; o *Museo Malvinas*; o *Centro Cultural Haroldo Conti*; o *Museo Sitio de Memoria Esma* (no antigo *Casino de Oficiales* onde eram alojados os sequestrados pela Marinha); o *Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos Mercosur*; o *Canal Encuentro*; a *Iniciativa Lationamericana para la Identificación de Personas Desaparecidas*; o *Centro Internacional de Educación en Derechos Humanos de la UNESCO*; o *Espacio Cultural Nuestros Hijos*, administrado pela *Asociación Madres de Plaza de Mayo*; a *Casa de la Militancia* de H.I.J.O.S. e a *Casa por la Identidad*, uma das sedes de *Abuelas de Plaza de Mayo*. Disponível em: <<http://www.espaciomemoria.ar>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

3 Além dessas cooperações com outras instituições, *Memória Abierta* trabalhou com *Abuelas de Plaza de Mayo*, o organismo, na época, era um de seus membros, para registrar testemunhos dos familiares dos netos já recuperados e dos netos que ainda eram buscados. Uma cópia de cada entrevista foi incorporada ao projeto do *Archivo Biográfico de la Indentidad* (Carnovale; Naftal; 2004. p. 12). Para uma

intercâmbio de experiências para a implementação do Arquivo Oral de *Villa Grimaldi*.⁴

A proposta deste artigo é analisar as características do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*. Para tanto, é importante compreender a lógica da Instituição que o produziu e o preserva, criada num momento em que a questão da memória tornou-se primordial para a ação de alguns organismos de direitos humanos na Argentina. Nesse sentido, produzir um Arquivo Oral foi entendido como uma forma de incidir sobre a construção de uma memória coletiva da última ditadura civil-militar argentina; “[...] *um aporte a la tarea de documentar el terror estatal con el objetivo de evitar su repetición*” (Carnovale; Lorenz; Pittaluga, 2006, p. 14).

Além disso, analisaremos a metodologia utilizada para as entrevistas que compõem o acervo do Arquivo Oral e de que maneira ela garante uma vitalidade para os testemunhos ao abordar aspectos distintos das histórias de vida dos entrevistados, trazendo à tona elementos que não compõem os testemunhos produzidos previamente nos espaços judiciais e de denúncia. Por fim, diante de outros discursos produzidos sobre as vítimas da repressão ditatorial, especialmente sobre os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, apontaremos o caráter reparador que iniciativas como a do Arquivo Oral do *Memoria Abierta* podem ter. Afinal permitem a essas pessoas contar suas próprias histórias, sem que estas sejam apenas a sucessão de recordações dos fatos mais significativos ou mediadas por um horizonte punitivo, abrindo um espaço para a reflexão dos sobreviventes sobre suas próprias experiências e para a emergência das suas subjetividades.

Uma porta de entrada para as investigações

Criado no ano 2000, o *Memoria Abierta* é uma aliança entre organismos de direitos humanos argentinos que promove a memória coletiva sobre as viola-

discussão sobre esse projeto de arquivo desenvolvido por *Abuelas*, ver: Teubal, 2010.

4 Entre 1973 e 1978, a propriedade onde havia funcionado o restaurante *Paraíso Villa Grimaldi* foi ocupada pelo Exército com o objetivo de instalar ali um local de detenção nomeado Cuartel Terranova. Nesse lugar, estiveram sequestradas aproximadamente 4.500 pessoas, das quais 236 foram assassinadas ou se encontram desaparecidas. Em dezembro de 1993, o espaço foi expropriado pelo Exército e aberto para a sociedade chilena, convertendo-se, em março de 1997, no *Parque por la Paz Villa Grimaldi*. Ele passou a ser administrado pela *Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi*, uma instituição da sociedade civil responsável pelo resguardo e manutenção do lugar na sua condição de Monumento Nacional e local de memória. Em 2005, a *Corporación* tomou a decisão de iniciar o Arquivo Oral, começando com o registro testemunhal no ano seguinte, graças ao apoio da *Coalición Internacional de Sitios de Conciencia* e a um convênio de colaboração com o *Instituto de Comunicación y Imagen de la Universidad de Chile*. *Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi*, 2012.

ções dos direitos humanos durante a última ditadura civil-militar (1976-1983), as ações de resistência e as lutas por verdade e justiça durante o período democrático. Hoje é composta por nove organismos: *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)*; *Asociación Civil Buena Memoria*; *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*; *Comisión de Homenaje de las Víctimas de Vesubio y Puente 12*; *Comisión por la Memoria, Verdad y Justicia de Zona Norte*; *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas*; *Fundación Memoria Histórica y Social Argentina*; *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* e o *Servicio Paz y Justicia (SERPAJ)*.⁵

De acordo com Federico Lorenz, a partir de 1990, quando os processos judiciais contra os militares acusados de envolvimento na repressão encontravam-se interditados pela validade das leis de Ponto Final e de Obediência Devida,⁶ atribuiu-se à luta pela memória coletiva uma importância maior na agenda de alguns daqueles organismos, em paralelo à denúncia e à demanda por justiça, principais bandeiras no final da ditadura e nos primeiros anos da redemocratização (Lorenz, 2002, p. 79-80). Apesar de a memória ter sido um dos eixos de organização da ação dos organismos de direitos humanos (Vezzetti, 2002) – pois o fenômeno do desaparecimento forçado de pessoas implicava na negação dos crimes cometidos e da identidade de cada uma de suas vítimas –, a promoção da memória ganhou então protagonismo em iniciativas voltadas para a função didática da recordação e para a preocupação com sua garantia e com suas formas de transmissão. Paralelamente, alguns fatos ocorridos em 1996, durante o período próximo ao vigésimo aniversário do golpe de 24 de março, fizeram com que a memória da ditadura atingisse o espaço público, momento considerado por muitos autores como o “boom da memória” (Valdéz, 2001; Vezzetti, 2002; Rabotnikof, 2007; Crenzel, 2008; LVovich & Bisquert, 2008).⁷

Tudo isso criou, no início dos anos 2000, como sugeriu Patricia Valdéz,

5 Disponível em: <<http://memoriaabierta.org.ar/wp/sobre-memoria-abierta/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

6 A Lei de Ponto Final, aprovada em 1986, estabeleceu um prazo de 30 dias para a apresentação de novas acusações e 60 dias para o início dos trâmites legais. No ano seguinte, foi aprovada a Lei de Obediência Devida que impedia que membros das forças armadas com patentes menores que as de tenente-coronel fossem processados por delitos de violação de direitos humanos cometidos durante o PRN, alegando que eles cumpriram as ordens por conta da obediência devida aos seus superiores. Para uma historicização da aplicação da Justiça nos casos de violação aos direitos humanos cometidos durante a última ditadura na Argentina, ver: *Memoria Abierta* (2010).

7 Dentre os acontecimentos apontados como formadores do chamado “boom da memória”, em 1996, na Argentina, estariam: a “confissão”, em 1995, do capitão da Marinha Adolfo Scilingo sobre sua participação nos “vãos da morte” durante a ditadura; o surgimento da organização *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S.), cuja participação perdurou, por mais de uma geração, nas discussões sobre memória e direitos humanos – os filhos das vítimas.

um “momento ótimo” para as iniciativas de preservação do patrimônio considerado parte da memória do “terrorismo de Estado”.⁸ Entre os elementos que corroboravam para essa situação propícia, estavam a consciência crescente sobre a necessidade de preservar arquivos e documentos públicos e privados e a criação de locais de custódia desses acervos. Tais iniciativas visavam dois objetivos: investigar em toda sua amplitude o funcionamento do aparato burocrático do Estado e o seu envolvimento na repressão; e transmitir o ocorrido às futuras gerações (Valdéz, 2001).

Nesse quadro, de acordo com Ana Guglielmucci, a criação do *Memoria Abierta* se deu devido à demanda, por parte dos organismos de direitos humanos, de um espaço de trabalho próprio para debater seus projetos de memória específicos e para elaborar seus posicionamentos frente aos projetos estatais que começaram a ganhar força em Buenos Aires a partir do final da década de 1990. Havia também uma preocupação da maioria dos organismos sobre como preservar e sistematizar os documentos que constavam em suas sedes, sem perder o controle das informações neles presentes, as quais inclusive alimentavam suas iniciativas. A partir de um convite feito pelo CELS a outros organismos, o *Memoria Abierta* foi formalizado como uma organização não governamental, dirigida por uma comissão diretiva formada por representantes dos organismos membros e por uma equipe de trabalho profissional e que trabalharia em conjunto para promover e preservar a memória do “terrorismo de Estado” (Guglielmucci, 2013, p. 63-68).

Logo, num momento em que a memória era a bandeira fomentadora de distintas iniciativas na Argentina, foi criado o *Memoria Abierta* por um grupo de organismos que buscava participar de forma coordenada das iniciativas a favor da promoção da memória da última ditadura. Esses organismos partiram da premissa de que toda sociedade que conhece e reflete sobre o seu passado pode elaborar uma memória social que contribua para a construção de sua identidade e para a consolidação da convivência democrática e do respeito aos direitos humanos no presente. Formaram então um espaço institucional em que trabalhariam de *forma conjunta* cada um dos organismos participantes para produzir ações que promovessem o exercício da memória.⁹ O trabalho inicial incluiu a fundação de

8 Para uma discussão em torno dos usos do conceito de “terrorismo de Estado” pelo movimento de direitos humanos e pela academia, ver Garaño (2019).

9 O trabalho em *forma conjunta* deriva do fato de que, apesar de ter como objetivo geral otimizar recursos e esforços em prol da memória, sobretudo a preservação e sistematização de todo tipo de documentação, uma tarefa difícil, custosa e que era postergada pelos organismos devido a ações tidas como “mais urgentes”, haveria que respeitar a especificidade dos objetivos e das práticas de cada um deles (Carnovale; Naftal, 2004, p. 7). Tornava-se explícita, assim, uma das características do movimento de direitos humanos, apontado por Elizabeth Jelin: a heterogeneidade entre as diferentes organizações, fruto das diferentes práticas, orientações políticas e tarefas específicas assumidas por cada uma delas

um *Museu da Memória*;¹⁰ um programa de tratamento dos documentos histórico-institucionais dos acervos dos organismos de direitos humanos; a sistematização de fotografias do período da ditadura em um Arquivo Fotográfico; a produção de registros para visibilizar espaços da repressão e de resistência e sua transformação em espaços de memória;¹¹ a construção de um Arquivo Oral de testemunhos em formato de entrevistas filmadas.

Segundo Celina Flores, coordenadora do Acervo Documental do *Memoria Abierta*, o Centro de Documentação é atualmente composto por dois fundos. O primeiro é o “Fundo Organismos de Direitos Humanos”, em que a consulta dos acervos participantes é facilitada por um trabalho realizado por técnicos do *Memoria Abierta* que consiste em cinco etapas: (1) identificação de séries em cada fundo documental dos organismos de direitos humanos; (2) descrição por unidade documental; (3) digitalização; (4) discussão sobre sua acessibilidade; (5) incorporação ao catálogo coletivo do *Memoria Abierta*, disponível online, e que permite uma busca transversal em todos os acervos. O segundo está na própria Instituição: são os “Fundos *Memoria Abierta*”, um arquivo aberto e em expansão com documentos produzidos pelo próprio *Memoria Abierta*, como o Arquivo Oral, e outros fundos pessoais e institucionais doados para que sejam preservados e custodiados (Flores, 2017).

Federico Lorenz, Aldo Marchesi, Steve Stern e Peter Winn consideram a tarefa empreendida pela Instituição uma “reinvenção dos arquivos de direitos humanos”, a partir de uma proposta inovadora e imaginativa que, ao mesmo tempo em que centralizava os acervos de cada um dos organismos participantes e o produzido ou custodiado pelo próprio *Memoria Abierta* em um catálogo digital,

(Jelin, 1995).

10 Para as discussões em torno da construção de um *Museu da Memória* na Argentina, ver: Carnovale (2006); Lorenz (2007); Guglielmucci (2013).

11 A identificação dos lugares onde funcionaram centros clandestinos de detenção é ainda hoje uma tarefa difícil para os organismos de direitos humanos e os grupos de investigação. Em 1974, na então província de Buenos Aires, começou a funcionar o centro clandestino, *Cuarterismo-Brigada Güemes*, nas dependências da polícia provincial. Posteriormente, os centros clandestinos foram implementados no marco do *Operativo Independencia*, em 1975, quando o Poder Executivo Nacional autorizou o Exército a intervir na desativação de um foco guerrilheiro do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), estabelecido desde 1974 na província de Tucumán. Em sua maioria começaram a funcionar em espaços estatais a partir de 1976 e fecharam entre 1978 e 1979, com exceção da ESMA, que funcionou em Buenos Aires até 1983. Enquanto o relatório final da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) apontou para um número aproximado de 340 centros clandestinos em toda a extensão do território argentino, hoje se fala em pelo menos 500, um número que cresce constantemente com novas denúncias e descobertas. Através da área de trabalho, *Topografía de la Memoria*, o *Memoria Abierta* se dedica à identificação dos locais onde funcionara os centros clandestinos de detenção e à investigação sobre o seu funcionamento, além de apoiar as tarefas de reconstrução e contribuir para os debates sobre os usos públicos desses espaços. Ver: *Memoria Abierta* (2012, p. 38).

descentralizava-o por mantê-lo em sua Instituição de origem e por permitir que cada organismo definisse sua política de acesso (Lorenz; Marchesi; Stern; Winn, 2016). Para Livia Magalhães, o que o *Memoria Abierta* passou a promover foi uma “democratização da memória”, pois “[...] procura não apenas preservar, construir e problematizar a memória, mas também democratizá-la, tornando pública a consulta ao seu acervo” (Magalhães, 2011, p. 185). Vale ressaltar que, na Argentina, não há uma política nacional de acesso aos arquivos (Quadrat, 2012, p. 204-205); logo, o trabalho desenvolvido por *Memoria Abierta* se destaca por regulamentar e garantir essa consulta.

Para os investigadores estrangeiros que trabalham com temas relativos à última ditadura civil-militar argentina, o *Memoria Abierta* é uma importante porta de entrada para o trabalho de campo de investigação, tanto por intermediar o contato e o acesso aos acervos documentais dos organismos de direitos humanos membros da instituição, até então dificultados por não ser, até então, uma tarefa prioritária na sua agenda, quanto pelas características do seu Arquivo Oral. Segundo Claudia Bacci, Alejandra Oberti e Susana Skura, na consulta a acervos como o Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, pressupõe-se um inevitável trabalho de representação: “*Estos cobran sentido en tanto implican necesariamente la presencia de otro que los consulte y que, haciéndolos propios, los torne significantes*” (Bacci; Oberti; Skura 2012, p. 34). Desse modo, assim como os arquivos não são espaços mortos com papéis do passado, os Arquivos Oraís não são o acúmulo de entrevistas prontas, fechadas, das quais outros investigadores não possam se apropriar e encontrar novas possibilidades de trabalho. Na verdade, é a possibilidade de gerar novas interpretações a partir dessas “memórias abertas” que produz sentidos às entrevistas do arquivo e que garante a sua vitalidade.

O meu primeiro contato com esse acervo ocorreu em 2010, quando estive em Buenos Aires para começar a pesquisa que resultou na minha Dissertação de Mestrado sobre o episódio *La Noche de los Lápices*. Este é o nome pelo qual se tornou célebre uma das ações repressivas da ditadura contra o movimento estudantil secundarista, quando um grupo de jovens, que tinha vínculos com organizações estudantis ligadas a *Montoneros* e ao *Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), foi sequestrado na cidade de La Plata, em setembro de 1976. O acontecimento se tornou um emblema das violações aos direitos humanos durante a ditadura, importante para a consolidação da resignificação dessas violações através do repúdio à ação dos militares e da afirmação da inocência dos desaparecidos. Buscando problematizar o relato consagrado, encontrei, no Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, entrevistas com três sobreviventes do episódio que, além de terem sido excluídos da narrativa consagrada, reivindicavam, em suas falas, a militância política da sua geração. Não se tratava de uma tentativa de buscar a *verdade* sobre *La Noche de los Lápices*, mas de demonstrar que, ainda que haja uma narrativa socialmente aceita

e compartilhada sobre o evento, existem, em torno dele, um *conflicto de memórias* e outras formas possíveis de narrá-lo.¹²

Além disso, esses testemunhos geraram alguns questionamentos sobre o que ocorreu com esses indivíduos após saírem dos centros clandestinos de detenção. Uma das sobreviventes de *La Noche de los Lápices*, Emilce Moler, por exemplo, relatou que começou a participar das marchas pelos direitos humanos na cidade Mar del Plata, a partir de 1982. Nessas marchas, ela encontrou pessoas com as quais pôde compartilhar suas experiências pessoais de militância e do sequestro, além de reconstruir uma “rede de afetos”, até então fragmentada pela ausência de seus “afetos da adolescência” que se encontravam presos, exilados, mortos ou desaparecidos.¹³ O exemplo de Emilce Moler aponta que a incorporação ao movimento argentino de direitos humanos foi uma das modalidades encontradas pelos sobreviventes para se reconstruírem subjetivamente e para conseguirem sua reinserção social e política após a situação-limite do sequestro e do desaparecimento (Tolentino, 2014).

Nas entrevistas realizadas com os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, os entrevistadores do *Memoria Abierta*, em determinado momento, perguntavam: “Como você viveu inicialmente a liberdade?”. As respostas abriram diversas portas para eu pensar as experiências que formavam as suas subjetividades, que não se resumiam à sua passagem pelos centros clandestinos de detenção, ao sequestro e à tortura, e que resultaram no meu interesse pelo tema que desenvolvo na minha investigação do Doutorado: a inserção desses indivíduos no movimento argentino pelos direitos humanos. Essa experiência de consulta ao Arquivo Oral do *Memoria Abierta* é um demonstrativo de que os seus testemunhos mantêm a

12 *La noche de los lápices* é o nome pelo qual se tornaram célebres os procedimentos repressivos ocorridos durante o mês de setembro de 1976, quando um grupo de estudantes secundaristas foi sequestrado em La Plata como parte da repressão ao movimento estudantil, dentre eles estavam: Francisco López Muntaner, María Claudia Falcone, Claudiode Acha, Horacio Ángel Ungaro, Daniel Alberto Racero, María Clara Ciocchini, Pablo Díaz, Patricia Miranda, Gustavo Calloti e Emilce Moler. A maioria deles havia sido militante da *Unión de Estudiantes Secundarios* (UES), uma das frentes de massa dos *Montoneros*, com exceção de Pablo Díaz, integrante da *Juventud Guevarista* (JG) e Patricia Miranda, sobre a qual não temos informações sobre qualquer vinculação com alguma organização política. Desse grupo, somente os quatro últimos sobreviveram. Sobre as diferentes narrativas em torno desse episódio, ver: Lorenz (2007); Tolentino (2012); Raggio (2017).

13 Emilce Moler foi sequestrada, na madrugada de 16 de setembro de 1976, em sua casa em La Plata e detida-desaparecida em três centros clandestinos de detenção: *Pozo de Arana*, *Comisaría de Valentín Alsina* e *Brigada de Investigaciones de Quilmes*. Em janeiro de 1977, teve sua situação legalizada e foi colocada à disposição do Poder Executivo Nacional na prisão para mulheres de *Devoto*. Em 20 de abril de 1978, foi liberada sob o regime de liberdade vigiada. A sua família foi então aconselhada a se mudar de *La Plata* para que ela pudesse concluir os seus estudos, estabelecendo-se em *Mar del Plata*, onde Emilce se tornou militante pelos direitos humanos e colaboradora científica do *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF). Ver: *Memoria Abierta, Testimonio de Emilce Moler* (Buenos Aires, 2006).

sua vitalidade pela possibilidade de serem reformulados e ressignificados a partir de questionamentos feitos por aqueles que os consultam. E, conseqüentemente, por possibilitarem o surgimento de novas contribuições para o campo de estudos das memórias sobre a história recente argentina.

O testemunho como reparação

Para entendermos a vitalidade dos testemunhos do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, é importante analisarmos as premissas e a metodologia nas quais se baseou a sua constituição. Um dos princípios da construção do patrimônio documental da Instituição é o entendimento de que a história deve ser narrada através de relatos múltiplos que deem conta das diferentes perspectivas, memórias e experiências (Carnovale; Naftal, 2004, p. 10). É o caso dos testemunhos produzidos em diferentes formatos presentes nos acervos que compõe o Centro de Documentação da Instituição.

Alguns desses testemunhos têm formato de denúncias, documentadas nos acervos institucionais dos organismos de direitos humanos, descrevendo os sequestros, desapareções, torturas e assassinatos cometidos durante a ditadura e realizadas por sobreviventes, familiares e amigos de desaparecidos. Essas denúncias foram fundamentais para registrar as violações ocorridas de maneira clandestina e negadas pelo Estado durante a ditadura. Porém, elas possuem certa homogeneidade na forma como relatam os fatos. De acordo com Emilio Crenzel, trata-se de narrativas humanitárias que, a partir de um imperativo moral, convocavam a empatia para com as vítimas através da apresentação dos traços identitários básicos destas e de uma descrição da violência sofrida:

La presentación de los desaparecidos omitió toda referencia a sus militancias políticas y la adjetivación de sus compromisos en clave de heroicidad y martirologio, fue reemplazada por la referencia a sus datos identitarios básicos, como sus edades y sexos; por categorías comprensivas, como sus nacionalidades, creencias religiosas, ocupaciones y profesiones y por la mención a sus valores morales. Todas estas categorías restituían la humanidad negada a los desaparecidos, resaltaban el carácter amplio e indiscriminado de la violencia del “Estado terrorista” y la “inocencia” de sus víctimas, ajenas a todo compromiso político, en especial el guerrillero y, simultáneamente, proponían una clasificación y presentación de los desaparecidos mediante variables ocupacionales, demográficas, nacionalistas o religiosas ajenas a la matriz política en que se basó la represión. (Crenzel, 2008, p. 47).

Outros testemunhos estão no formato de testemunho judicial: desde 2015, é possível consultar, na Instituição, o registro audiovisual digitalizado das audiências do *Juicio a las Juntas*, o primeiro julgamento realizado em 1985, no qual os nove comandantes das Juntas Militares que governaram a Argentina durante a última ditadura foram julgados por sua responsabilidade nas violações dos direitos humanos então cometidas. Por se tratar de relatos produzidos num tribunal, havia uma mediação por parte dos juízes na manifestação de determinadas emoções; no aparecimento de alguns temas, sobretudo perguntas acerca das ideias políticas das testemunhas ou vítimas; nas expressões que refletissem leituras políticas do passado e do que ocorria no momento das próprias audiências. Às testemunhas cabiam relatar detalhes que permitissem produzir uma verdade jurídica sobre a repressão clandestina e condenar os militares responsáveis, em detrimento de expressar a sua subjetividade (Feld, 2002).

Por fim, há os testemunhos do Arquivo Oral que se diferenciam dos anteriores por se referirem à experiência pessoal dos entrevistados em relação aos principais processos sociais, políticos e ideológicos da segunda metade de século XX, enfatizando a mobilização social e política, o terrorismo de Estado e a luta pelos direitos humanos durante a ditadura e o período democrático (Bacci; Oberti; Skura, 2012, p. 33). Conseqüentemente, essas entrevistas permitem uma aproximação das histórias de vida com matizes mais diversos, indo além da ênfase posta na violência sofrida por cada indivíduo, característica nos outros dois formatos:

[...] *el elemento diferenciador del Archivo Oral estuvo dado por los aspectos incluidos en las entrevistas, que transcendían la experiencia referida al terrorismo de Estado e incorporaban información de su vida; la infancia; el trabajo; su vinculación con la política; la religión; la vida familiar; las características personales de sus seres queridos desaparecidos; su vida antes, durante y después de la dictadura, el balance de los hechos de la actualidad.* (Carnovale; Naftal, 2004, p. 12).

O espaço (*Memoria Abierta*) e o momento em que foram produzidos (começo dos anos 2000) são imprescindíveis para compreendermos o porquê dos testemunhos do Arquivo Oral apresentarem essa diferença em relação a outros produzidos anteriormente. Para tanto, partirei do exemplo dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção: segundo Michael Pollak, o testemunho de sobreviventes de *situaciones-límites* pode encontrar restrições para o que pode ou não ser dito, o que tem ou não sentido, tanto para quem conta, quanto para quem escuta, levando alguns a optar pelo *silêncio*. Além disso, aponta Pollak, os *não-ditos* podem vir à tona de acordo com as circunstâncias políticas e sociais e do tempo

necessário para a elaboração pessoal da experiência (Pollak, 1989, p. 8-14). O reconhecimento do *silêncio* e do caráter irracional ou linear das memórias (Jelin, 2002, p. 8), por sua vez, permite-nos analisar as condições políticas e culturais que as tornaram fidedignas e que fizeram com que adquirissem um sentido que superasse a experiência pessoal, tornando-se parte da memória coletiva. Ademais, a análise dessas memórias pressupõe o reconhecimento de que as narrativas do passado têm histórias e lógicas temporais próprias que precisam ser compreendidas (Rouso, 2006, p. 95-96), e que são expressadas com a mudança da ênfase sobre *o que* e *como* recordar (Jelin, 2002, p. 70).

Os primeiros testemunhos de sobreviventes começaram a circular nos últimos anos da ditadura civil-militar argentina. Entretanto, Emilio Crenzel pontua que eles foram recebidos com suspeitas e incredibilidade por uma sociedade que não podia ou não queria escutá-los (Crenzel, 2008, p. 44). Além disso, nos organismos de direitos humanos, na Argentina e no exterior, os sobreviventes encontraram atitudes ambíguas de militantes e de outros denunciantes que não compartilhavam da experiência do desaparecimento, gerando debates e polêmicas sobre a veracidade e a importância de tornar os testemunhos públicos (Crenzel, 2008: 44; Franco, 2009; Jensen, 2010). Os testemunhos dos sobreviventes conduziam à constatação de que a grande maioria dos que estiveram nos centros clandestinos de detenção foram *trasladados*, jargão utilizado pelos militares para se referir à morte das vítimas. Tais informações foram relativizadas por algumas organizações que afirmavam que nenhum dos sobreviventes era testemunha ocular da morte dos desaparecidos, e sofreram o repúdio daqueles que se perguntavam como poderiam explicar o fato de terem sobrevivido. O *por algo será* – expressão que demonstrava acusações implícitas e desconfianças sobre o seu desaparecimento –, parecia (Novaro; Palermo, 2007, p. 176-177) assim sintetizar como era entendido o fato de terem sobrevivido: *algo tiveram que fazer para sobreviver*.

O mesmo ocorreu nas organizações político-militares nas quais alguns dos sobreviventes militavam, pois a dificuldade de reconhecer a perda dos projetos revolucionários nas mãos da ditadura (Crenzel, 2008, p. 44) e o entendimento da política no registro do sacrifício – “*que no permite regressar tras los propios pasos ni resguardarse ni abandonar, sin ser considerado un traidor*” (Longoni, 2007, p. 15) – geraram a associação entre sobrevivente e traidor. Seja por ter *se quebrado* durante a tortura, colaborando com militares, seja por não ter “morrido pela causa”. Além disso, essa desconfiança tinha matizes diferentes entre homens e mulheres. Ao analisar as representações literárias produzidas sobre mulheres sobreviventes, por exemplo, Ana Longoni observou que geralmente os textos reconheciam que as prisioneiras não delataram ninguém, nem deram informação a seus repressores que permitisse a captura de outros companheiros. “*Sus traiciones son, entonces, de otro cariz: sexual, o incluso amoroso*”, fruto das violações aplicadas sistematicamente

pelos militares sobre os seus corpos. Ao sair em liberdade, as mulheres carregaram a condição superposta de “*putas y traidoras*”, julgadas por suas organizações políticas e por seus companheiros, geralmente militantes como elas (Longoni, 2008, p. 137-155).

Num momento posterior, com a emergência pública dos relatos dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção no cenário do chamado “show de horror”¹⁴ e, especialmente, a partir de seu reconhecimento como vítimas da repressão ditatorial no marco da investigação desenvolvida pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), além do posterior julgamento dos comandantes das Juntas Militares, consolidou-se a associação entre sobrevivente e testemunha, sobretudo como “testemunhas do terror”. A proliferação de relatos sobre o cativo clandestino converteria os sobreviventes em figuras centrais nos processos judiciais viabilizados pelo governo de Alfonsín para julgar os crimes dos militares, mas algumas limitações foram colocadas aos testemunhos então produzidos. Se, por um lado, seus relatos buscavam provar a sistematicidade da repressão ilegal, por outro, silenciavam a emergência dos vínculos políticos prévios aos sequestros e das experiências pessoais dos sobreviventes (Crenzel, 2008; Feld, 2002; Feld, 2015; Vezzetti, 2002).

Já sobre o contexto posterior aos 20 anos do golpe de 24 de março de 1976, Ludmila da Silva Catela concluiu que, nos atos em homenagem aos desaparecidos, os sobreviventes formavam um grupo “pouco legitimado” para tornar pública a sua palavra. Visto que seus relatos traziam três temas ainda silenciados no espaço público: a luta armada, a militância dos anos 1970 e a desumanização nos centros clandestinos de detenção (Da Silva Catela, 2001, p. 273). Gradualmente, seus testemunhos passaram a ganhar independência em relação à meta punitiva, encontrando outros espaços de circulação que não os espaços de denúncia e os tribunais, como livros testemunhais e documentários, iniciando-se um processo de revalorização dos seus compromissos políticos (Crenzel, 2011).

Foi nesse contexto de revalorização das suas experiências que os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção começaram a ser entrevistados pelo *Memoria Abierta*. As entrevistas realizadas para o Arquivo Oral contam com um questionário direcionado para cada uma das categorias de entrevistados, podendo

14 A derrota nas Malvinas resultou em uma quebra de anos de censura oficial e em uma conseqüente renovação dos espaços públicos, os quais se viram então invadidos por revelações acerca do passado recente. Porém, apesar dos fatos narrados pelos meios de comunicação trazerem denúncias, exumações e testemunhos de sobreviventes e de familiares de vítimas, não contribuíram para um entendimento do ocorrido, mas sim para a perplexidade social frente à verdade mostrada sobre os anos da ditadura. Para alguns autores, este seria o período do *show de horror*, cujas informações fragmentárias, com tom sensacionalista, eram insuficientes para gerar uma compreensão do que haviam sido as violações aos direitos humanos cometidas pela última ditadura. Ver: González Bombal (1995); Feld (2015).

variari de acordo com as experiências de cada indivíduo. Todas elas partem do pressuposto de que a situação de entrevista pode servir também como um momento de reparação, de reconhecimento de histórias negadas pelo Estado, de individualidades e subjetividades arrasadas pela repressão e da possibilidade de agência de pessoas geralmente entendidas apenas como vítimas. Além disso, notamos nas entrevistas um cuidado ao abordar experiências de sequestro, tortura, violação, humilhação, dor e medo, pois, nos anos 2000, já existia um saber social sobre as distintas práticas repressivas às quais a instituição poderia apelar sem precisar pedir aos entrevistados que detalhassem situações, contextos e práticas de repressão:

Nuestras preocupaciones nos impulsaron a pensar la entrevista no sólo como un espacio de producción de testimonios, sino, también, como un espacio “de rescate” del sujeto. Se trataba, en nuestra voluntad, de no hacer de la entrevista una prolongación de la situación de terror. Si la tortura, por ejemplo, busca la deshumanización de la víctima, avasalla las fronteras del cuerpo y de la intimidad, la situación de entrevista debe orientarse hacia la dirección contraria, aun cuando se trate de recuperar aquellas traumáticas experiencias. (Carnovale; Naftal, 2004).

Logo, para um sobrevivente, dar o seu testemunho num espaço com poucas mediações e que o entende como um agente e não apenas como vítima, pode ser reparador em muitas maneiras. De acordo com Pilar Calveiro, após a entrada nos centros clandestinos de detenção, iniciava-se um processo de “desaparecimento da identidade” da vítima, que incluía substituição do seu nome por um número que a identificaria, a eliminação de qualquer possibilidade de resistência através da aplicação sistemática da tortura e o esquecimento do mundo exterior e dos seus vínculos com ele (Calveiro, 2013). Gabriel Gatti aponta que a modalidade repressiva do desaparecimento forçado de pessoas produzia uma devastação da identidade da vítima: “*El detenido-desaparecido es individuo retaceado; es un cuerpo separado de nombre; es una conciencia escindida de su soporte físico; es un nombre aislado de su historia; es una identidad desprovista de su credencial cívica, de sus cartas de ciudadanía*” (Gatti, 2011, p. 61). Nesse quadro de anulação da identidade e da subjetividade, a memória dos desaparecidos era inclusive uma fonte de informação almejada por seus torturadores e estimulada para produzir novos sequestros (Crenzel, 2008, p.35).

Em liberdade, seus relatos sofreram uma série de mediações e censuras que não lhes permitiam narrar as suas histórias pessoais com todas as contradições e matizes possíveis. Entretanto, com a formação de espaços como o Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, suas subjetividades foram valorizadas e suas narrativas passaram temas diversos, que haviam ficado de fora de outras narrativas até então

produzidas, como a entrada dessas pessoas na militância política e a reivindicação da importância pessoal dessa experiência; os dilemas da vida na clandestinidade; a relação com seus familiares; a desumanização e as possibilidades de resistência nos centros clandestinos de detenção; os estigmas sofridos quando saíram em liberdade; os medos ao tornarem públicas as suas histórias; os dilemas em torno da sua participação nas políticas públicas de memória após a redemocratização. Portanto, esses testemunhos assumem, no presente, uma dimensão política de reparação por redimensionar o acontecimento passado; ressignificar positivamente a trajetória da testemunha, em contraposição a imagens negativas impostas socialmente (subversivo, traidor, comunista); encontrar um sentido para a transmissão da experiência; criar um espaço subjetivo próprio do sobrevivente, “*um abrigo para instalar-se e organizar a sua própria vida*” (Rago, 2010, p. 156).

Nesse exercício de valorização do sujeito e das suas reflexões, o próprio ato de testemunhar se torna um tema nas entrevistas do *Memoria Abierta*. Assim, é exemplar o seguinte trecho da entrevista dada por Jorge Watts, sobrevivente do centro clandestino de detenção *El Vesubio*, onde esteve desaparecido entre 22 de julho e 12 de setembro de 1978. Após a sua liberação, ele realizou numerosas denúncias sobre a sua experiência; esteve à frente de um grupo de sobreviventes e de advogados que investigou, ainda durante a ditadura, o funcionamento de *El Vesubio*; e, em 1984, foi um dos fundadores da *Asociación de Ex Detenidos-Desaparecidos*. Atualmente, é membro da comissão diretiva do *Memoria Abierta* e faz parte da *Comisión de Homenaje de las Víctimas de Vesubio y Puente 12*.¹⁵ Durante sua entrevista, realizada em 2003, ao ser perguntando se, em algum momento, havia buscado tratamento psicológico para lidar com os efeitos traumáticos do desaparecimento, ele respondeu:

Yo tengo muchos compañeros, muchos sobrevivientes [...] pero muchos sobrevivientes que tuvieron tratamientos psicológicos, muchos que están muy malos, muchos que nunca hablaron de todo esto, y que nunca dieron testimonios

15 *El Vesubio* funcionou entre 1976 e 1978, na cidade de La Tablada, na Zona Oeste da grande Buenos Aires. Durante a última ditadura militar do país, o local funcionou sob responsabilidade do *I Cuerpo del Ejército* e teve duas etapas de funcionamento, com uma modificação nas modalidades e nos alvos da repressão. Enquanto na primeira etapa o seu alvo principal eram as frentes do Movimento Peronista, na segunda etapa os sequestros se concentraram principalmente sobre militantes da organização *Vanguardia Comunista* (VC). Dessa última etapa provém a maioria dos sobreviventes do CCD, que foram liberados ao longo de 1979 após um particular procedimento de legalização, que incluiu a passagem deles por diferentes prisões na província de Buenos Aires. Parte desses sobreviventes, junto com advogados do CELS, realizaram investigações e denúncias públicas que resultaram na abertura de causas judiciais sobre o ocorrido em *El Vesubio* ainda durante a ditadura. Posteriormente, em 1984, alguns deles, incluindo Jorge Watts, participaram da fundação do primeiro organismo de direitos humanos formado por sobreviventes: a *Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos*. Ver: Tizon (2018).

porque no pudieron dar testimonio de ninguno tipo [...]. Creo que tengo un compromiso con y un precio que pagar por estar vivo y lo menos que puedo hacer es contar lo que paso todas las veces que pueda y para toda la gente que pueda y también que esto fue cambiando con el paso del tiempo. A principio uno que tratábamos de hacer cuando dábamos un testimonio y contar lo que paso era rescatar la memoria de los compañeros que existían que habían existido que estaban vivos y que estuvieron en alguno lugar que no desaparecieron mágicamente si no que alguien los habían llevado los tenían, los mató, los hizo algo. Y después de eso ya cuando fue muy público, muy conocido, bueno era la verdad, no que solo tenían desaparecido, pero que alguien. O sea tratar de identificar a quienes es lo que estamos haciendo ahora. [...] Así que no se yo respondo tu pregunta pero por ahí en lugar de hacer terapia entre unas otras cosas, mi terapia contar lo que me paso [...] En primero lugar no me avergüenzo, no tengo nada porque me avergonzar [...] que se avergüencen los que todavía no solo los que hicieron las cosas, los que todavía hoy son cómplices de ellos que están cuidando en la libertad, que están cuidado de los bienes que robaron, que están cuidando del poder que consiguieron y digamos violando todas las normas de justicia, constitucionales y lo que las ponen adelante. Entonces bueno por ahí esta militancia de alguna manera en los derechos humanos es una forma no solo de estar tranquilo con la consciencia de uno y de pagar un precio que yo no sé si voy a pagarlo por estar vivo y por poder contar lo pero de poder darle la palabra a aquello que no puede hablar. (Jorge Watts, 2003).

Por se tratar de um sobrevivente com uma ampla “trajetória testemunhal”, tendo participado de distintos espaços de denúncia e de testemunho desde os últimos anos da ditadura e durante as políticas de memória dos respectivos governos democráticos (Messina, 2012), o caso de Jorge Watts é significativo para o nosso argumento. No trecho citado acima, ele começa apontando ter muitos “companheiros” sobreviventes que ainda lidavam com os efeitos da situação-limite do desaparecimento e que nunca conseguiram dar nenhum tipo de testemunho. Em sua avaliação, testemunhar era “um preço que deveria pagar por estar vivo” e um “compromisso” assumido por ele de “dar voz a quem não pode mais falar”. Além dessa relação com o outro (o desaparecido), percebemos na sua fala um efeito reflexivo do ato de testemunhar: para Jorge Watts, essa seria a sua “terapia”.

Desse modo, a partir da sua entrevista, podemos pensar sobre os significados que os sobreviventes produzem sobre o próprio ato de testemunhar, e quais os efeitos produzidos neles ao poder relatar as suas histórias. Ao apontar a prática do testemunho como “sua terapia”, Jorge Watts aponta para a possibilidade dessa prática ser pensada como uma forma de reparação às violências sofridas por indivi-

duos como ele. Na “aventura de contar-se”, os sobreviventes “*rompem o isolamento na vivência da dor*” elaboram um sentido para a sua existência que a repressão ditatorial tentou negar, e reconstróem e reafirmam a sua identidade e a sua subjetividade que a prática do desaparecimento tentou destruir (Rago, 2013),

A importância de espaços como o *Memoria Abierta* está justamente nisso. Segundo Claudia Bacci, Alejandra Oberti e Susana Skura, cada testemunho precisa encontrar a oportunidade de se tornar relato público (Bacci; Oberti; Skura, 2012, p. 48). A história da produção de testemunhos sobre a última ditadura civil-militar argentina indica que muitos espaços surgiram ao longo dos últimos quarenta anos, alguns com mais mediações e censuras do que outros. Porém, para que o ato de testemunhar seja reparador para a vítima-testemunha, é necessário que se esteja disposto a escutar toda a sua narrativa pessoal, inclusive as suas explicações atuais para as suas experiências do passado. Esse é o diferencial dos testemunhos produzidos pelo Arquivo Oral do *Memoria Abierta*. A metodologia adotada faz de suas entrevistas não apenas o momento de produção de um documento histórico, que será preservado para consulta numa instituição pública, mas também um exercício de reparação.

Referências

BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. Testimonios en archivos: nuevas perspectivas. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, v. 15. n. 2, 2012.

BISQUERT, Jacqueline; LVOVICH, Daniel. *La cambiante memoria de la dictadura: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARNOVALE, Vera. Memorias, espacio público y Estado: la construcción del Museo de la Memoria. *Estudios AHILA de Historia Latinoamericana*, Verveurt, n. 2 (nueva serie), 2006.

CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. Memoria y política en la situación de entrevista. En torno a la constitución de un archivo oral sobre Terrorismo de Estado en la Argentina. In: CARNOVALE, V.; LORENZ,

F.; PITTALUGA, R. (Org.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CEDIInCI Editores, 2006.

CARNOVALE, Vera; NAFTAL, Alejandra. *La construcción del Archivo Oral de Memoria Abierta*. 2004. Disponível em: <<http://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacy/article/view/7250/7498>> Acesso em: 30 ago. 2018.

CASTRO, Mayca de. No puede haber reconciliación sin justicia ni cambios en las relaciones estructurales. Entrevista con Alejandra Oberti. *Diagonal*, Madri, 28 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.diagonalperiodico.net/global/32685-no-puede-haber-reconciliacion-si-no-hay-proceso-justicia-ni-cambios-relaciones>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CORPORACIÓN PARQUE POR LA PAZ VILLA GRIMALDI. *Archivo y memoria*. La experiencia del archivo oral de Villa Grimaldi. Santiago: Salesianos Impresores, 2012.

CRENZEL, Emilio. La historia política del Nunca Más. *La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____. La memoria de los desaparecidos. In: ANDREOZZI, G. (Org.). *Los juicios por los crímenes de lesa humanidad en Argentina*. Buenos Aires: Atuel, 2011.

FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla*: Las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

_____. La prensa de la transición ante el problema de los desaparecidos: el discurso del “show del horror”. In: FELD, C.; FRANCO, M. (Org.). *Democracia, hora cero*. Actores, políticas y debates en los inicios de la postdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

FLORES, Celina. *El testimonio en el archivo, voces entre el pasado y el presente a partir de la experiencia de Memoria Abierta*. Disponível em: <<http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/12/3a.-Celina-Flores.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018

FRANCO, Marina. *El exilio*: argentinos en Francia durante la dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2009.

GARAÑO, Santiago. Notas sobre el concepto de Estado terrorista. *Question*, Bue-

nos Aires, v. 1, n. 61, ver. 2019.

GATTI, Gabriel. *Identidades desaparecidas*. Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. “Nunca Más”: El juicio más allá de los estrados. In: ACUÑA, C. et al. (Org.). *Juicio, Castigos y Memorias*. Derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995.

GUGLIELMUCCI, Ana. *La consagración de la memoria*. Una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado en la Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

JELIN, Elizabeth. La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina. In: ACUÑA, C. et al. (Org.). *Juicio, Castigos y Memorias*. Derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995.

_____. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2001.

_____. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. *Estudios Sociales*, n. 27, 2004.

JENSEN, Silvina. *Los exiliados*. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

LONGONI, Ana. *Traiciones*. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Norma, 2007.

LORENZ, Federico Guillermo. De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, E. (Org.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Madrid: Siglo XXI Editores S.A., 2002.

LORENZ, Federico et al. *No hay mañana sin ayer*: Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2016.

LORENZ, Federico. *Combates por la memoria*: huellas de la dictadura en la historia. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

MAGALHÃES, Livia G. Instituições de Memória: O Caso do Argentino *Memoria Abierta*. *Revista Contemporânea*, ano 1, n. 1, p. 184-202, inv. 2011.

MEMORIA ABIERTA. *Abogados, derechos y política*. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2010.

_____. *...Y nadie quería saber*. Relatos sobre la violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en la Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

MESSINA, Luciana. Reflexiones en torno a la práctica testimonial sobre la experiencia concentracionaria en Argentina. *Sociedad y Economía*, Cali, n. 23, p. 37-58, 2012.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

QUADRAT, Samantha. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (Org.). *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteco, 2012.

RABOTNIKOF, Nora. Memoria y política a treinta años del golpe. In: YAKLEVICH, P. et al. *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de estado. Buenos Aires: FCE, 2008.

RAGGIO, Sandra. *Memorias de La Noche de los Lápices: Tensiones, variaciones y conflictos en los modos de narrar el pasado reciente*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe (Org.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, 2010.

_____. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; & FERREIRA, M. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA CATELA, Ludmila da. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.

TEUBAL, Ruth. *Memorias fraternas: la experiencia de hermanos de desaparecidos, tíos de jóvenes apropiados durante la última dictadura*. Buenos Aires: EUDEBA, 2010.

TIZON, Rodrigo. La denuncia de la represión clandestina durante la dictadura en Argentina: el caso de los sobrevivientes de Vanguardia Comunista (1978-1983). *Izquierdas*, Santiago, n. 43, dez. 2018.

TOLENTINO, Marcos. *O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (1990-1996)*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP, 2012.

_____. Os outros rostos de ‘La Noche de los Lápices’: memória e testemunhos dos sobreviventes de um episódio emblemático da repressão durante a última ditadura civil-militar argentina (1976-1983). *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, v. 17, n. 1, 2014.

VALDÉZ, Patricia. Tiempo Óptimo para la memoria. In: GROPPPO, B.; FLIER, P. (Org.). *La imposibilidad del olvido*. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Ed. Al Margen, 2001.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente*. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002.

Fontes Orais

WATTS, Jorge [2003]. Testemunho concedido ao: *Memoria Abierta*, Buenos Aires, 2003.

MOLER, Emilce [2006]. Testemunho concedido ao: *Memoria Abierta*, Buenos Aires, 2006.

Resumo: O *Memoria Abierta* é uma aliança de organismos de direitos humanos argentinos que promove a memória coletiva sobre as violações aos direitos humanos cometidas durante a última ditadura civil-militar (1976-1983), as ações de resistência e as lutas por verdade e justiça durante o período democrático. A proposta deste artigo é analisar um dos fundos que compõe o acervo patrimonial do *Memoria Abierta*: o Arquivo Oral. Para tanto, é importante compreender a lógica da Instituição, que o produziu e o preserva, criada num momento que a *memória* se tornou primordial para a ação dos organismos de direitos humanos na Argentina. Além disso, analisaremos a metodologia utilizada para a produção das entrevistas do acervo e de que maneira ela garante uma vitalidade para esses testemunhos, por abordar distintos aspectos das histórias de vida dos entrevistados, trazendo à tona elementos que não compunham os testemunhos realizados previamente nos espaços judiciais e de denúncia.

Palavras chave: Memória. Testemunho. Arquivo Oral. Argentina. Memoria Abierta.

Archives, testimonies and human rights : the Memoria Abierta's Oral Archive

Abstract: *Memoria Abierta* is an Argentine human rights organizations alliance that promotes collective memory about human rights violations committed during the last civil-military dictatorship (1976-1983), actions of resistance and struggles for truth and justice during the democratic period. The purpose of this article is to analyze one of the funds that compose the assets of *Memoria Abierta*: the Oral Archive. Therefore, it is important to understand the logic of the institution, that developed and preserves the fund, which was created at a time when the memory has become paramount for the action of human rights bodies. In addition, we will analyze the methodology used for the interviews' production that compose its collection and how it guarantees a vitality for these testimonies by addressing different aspects of the interviewees' life histories, bringing elements that the testimonies conducted previously in judicial and denunciation spaces did not approached.

Keywords: Memory. Testimony. Oral Archive. Argentina. Memoria Abierta.

Recebido em 31/08/2018

Aprovado em 24/04/2019